Reunião de Articulação do FÓRUM DE CONSELHOS e Entidades da APA da Península de Maraú (MEMÓRIA DA REUNIÃO):

Data: 20 de setembro de 2016 (terça-feira)
Local: Pousada Bahia Boa – Saquaíra – Península de Maraú
Horário: das 8:30 às 13:00 h

PROGRAMAÇÃO/PAUTA:

8:30 h – Abertura

9:00 h – Informes

9:30 h – Avaliar situação dos conselhos responsáveis pela gestão participativa das políticas públicas de proteção ambiental, ordenamento urbano e turismo sustentável (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; Conselho Municipal de Turismo– COMTUR; Conselho Municipal da Cidade-CONCIDADE; e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável-CMDRS): composição, vigência de mandato dos atuais conselheiros, existência de regimento, periodicidade de reuniões, pauta, etc

10:30 h – Intervalo (coffe break)

11:00 h – Articulação do FÓRUM DE CONSELHOS e Entidades da APA da Península de Maraú: pertinência, objetivo, composição, estrutura de funcionamento (formal, informal, movimento, etc.), pauta e calendário de atividades

13:00 h – Encerramento e Almoço.

MEMÓRIA DA REUNIÃO:	
Abertura	Haroldo da Apema saúda a todos dando boas vindas; fala do empenho individual existente por cada um dos participantes dessa articulação em pró da península; que a articulação do fórum é para aglutinar ações isoladas para que se fortaleçam de forma coletiva.
Informes	Sandoval do Ibama – informa que iniciou-se no dia 15.09 e vai até 30.10 o defeso do camarão; até amanhã (21.10) os estabelecimentos tem prazo para declarar estoque; disponibilizou formulário para quem tiver interesse.
Pauta: Avaliar situação dos conselhos e articulação do fórum	• Jorge Robson – agradece a APEMA pela articulação e trabalho desenvolvido quando da realização do diagnostico da legislação ambiental; Fala da importância do Forum; dá informações sobre andamento do Conselho de Meio Ambiente-CMMA; que por falta de contato e estrutura ficou desativado; o novo Código exige a formação de um novo Conselho de Meio Ambiente; que está articulando a composição aguardando indicação dos conselheiros do Poder Público; que a eleição municipal vem dificultando a formação do segmento público; que acha que o representante do segmento público deve ser técnico; que somente a SETUR municipal indicou representantes; que quanto a sociedade civil recomenda a continuidade dos atuais representantes que sejam efetivamente atuantes. • Manu (Aquerê) e Joyce - fazem ressalva afirmando que o Conselho desativou em decorrência do advento do novo Código, que prevê outra formação, inclusive com redução do número de conselheiros. • Haroldo (Apema) - questiona quanto a obrigatoriedade de instalação do CMMA e como fazer

	para exigir dos titulares do poder público a indicação dos representantes; qual a importância do CMMA e seu papel. • Jorge Robson (Secretário de Meio Ambiente Maraú) responde que o Código prevê a instalação do Conselho de Meio Ambiente-CMMA em três meses; que são representantes do Poder Público a Secretaria Municipal de Educação; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Agricultura; Secretaria de Turismo; e Secretaria de Meio Ambiente; que a ausência do representante do poder público implica na sua substituição; que o novo código reduziu o número de conselheiros de 14 para 10; que salvo engano, o Conselho da Cidade-Concidade de Maraú só funcionou até 2007, sendo necessário sua reativação; que o PDDU já completou o prazo de revisão; que o Conselho de Meio Ambiente-CMMA tem papel estratégico por ser consultivo, fiscalizador e deliberativo. • Sandoval do Ibama – pergunta se o município está licenciando. • Jorge Robson (Secretário de Meio Ambiente Maraú) - informa que por conta de recomendação do Ministério Público-MP o município declinou da capacidade licenciatória a qual encontra-se suspensa até cumprimento das recomendações, notadamente no que diz respeito a formação de equipe técnica multidisciplinar concursada. • Haroldo (Apema) - questiona postura rígida do MP que não leva em conta a estrutura do município de pequeno porte quando formula recomendações tão restritivas.

	• Jorge Robson (Secretário de Meio Ambiente Maraú) - afirma que o município está aderindo ao Consorcio do Litoral Sul para participar de programa de gestão ambiental compartilhada com outros municípios e o Estado da Bahia; que é preciso alguns ajustes como uma Lei municipal autorizando o município a aderir ao consórcio; informa que a demanda por licenciamento existe no município; que atualmente o licenciamento foi devolvido para o órgão estadual Inema; que a Prefeitura assinou Termo de Ajuste de Conduta-TAC com o MP de Valença para cumprir até dezembro;. • Haroldo (Apema) - sugere buscar informações junto a Prefeitura e o Ministério Público acerca do cumprimento de tal TAC. • Joyce - lembra que a necessidade de adequar o Código de Meio Ambiente às recomendações do MP, interferiu na organização e funcionamento do Conselho de Meio Ambiente; que o momento é privilegiado e deve ser valorizado para retomar a articulação e mobilização. • Cosme (Apema) - pede esclarecimentos acerca dos membros da sociedade civil que compõe o Conselho; foi informado que a última composição tinha como membros: Apema, Aquerê, CETEP; Assoc. Mulheres Maraú. • Jorge Veloso (Instituto Água Boa) – faz reflexão quanto a suspensão do licenciamento, chamando a atenção para requisito essencial para que o município possa licenciar que é a existência do controle social através do Conselho de Meio Ambiente; faz reflexão

	quanto a necessidade de debater ativamente o desenvolvimento que queremos; fala da atuação do Instituto Água Boa que tem como foco principal a formação de corredores. • Haroldo (Apema) - fala do papel e contribuição da APEMA; da necessidade de se preparar para o desenvolvimento que vem, para que aconteça de forma sustentável. • Jorge Robson (Secretário de Meio Ambiente Maraú) - fala da importância de revisão do Plano Diretor-PDDU para adequação à nova realidade e evitar o desenvolvimento desordenado. • Malk (diretor de turismo) - diz que o Conselho Turismo-Comtur foi implantado em 2008; naquele momento focado na captação de recursos; que a nova gestão vem reativando e levando a política de turismo de forma participativa apesar das dificuldades; que o primeiro passo é o associativismo; atrair associações que sejam realmente representativas dos interesses representados; que o membro do conselho não representa seus interesses e ponto de vista pessoal, mas do segmento representado; que foi necessário ampla mobilização para escolha dos representantes do setor civil; que é importante fortalecer as associações através de parcerias; que as associações participantes deverão ter vida institucional real, com reuniões e ações regulares para ter legitimidade; que a composição e funcionamento do conselho que tem fundo ativo tem a dificuldade de participação qualificada por conta do interesse financeiro representado pelo fundo; a legitimidade é decorrente da vida ativa da entidade representada; que o

	conselheiro é porta-voz da entidade representada; que a SETUR fez um mapa de planejamento estratégico para o turismo no município; o que nós queremos para a peninsula; 5 eixos: fortalecer a governança da atividade turística, com efetiva participação; diversificar a oferta turística a partir da cultura e envolvimento efetivo da comunidade; aumentar a geração de renda para a atividade turística enquanto ferramenta; aprimorar a experiência do turismo; promover a sustentabilidade socioambiental do destino. É preciso fortalecer o associativismo com participação efetiva da base associada. • Nilza (Secretária de Turismo) - diz que é preciso ter olhar para o turismo além da península; expandir o turismo para zona rural por exemplo; as associações precisam ser fortalecidas; para participar do conselho é preciso conhecer o funcionamento e levar a discussão para a base. • Malk (diretor de turismo) - diz que a Setur poderá contribuir com a integração dos conselhos ora proposta; respondendo a Haroldo (Apema) diz que o Conselho de Turismo-COMTUR está regularmente constituído; que o acesso aos relatórios e informações deve acontecer através do conselheiro que representa cada entidade participante. • Nilza (Secretária de Turismo) - chama a atenção que essa atitude é importante para forçar a participação efetiva do conselheiro. • Eduardo Barcellos (DPA) - diz que é preciso fazer também no Conselho de Meio Ambiente-CMMA a

	participação qualificada, a qualificação dos conselheiros; a necessidade de comprometimento da participação além da voluntariedade, passando pela profissionalização; a seleção da qualidade do conselheiro participativo e comprometido é fundamental; que a adesão do município à política pública é fundamental para o bom desempenho da pasta e do colegiado; que a escolha dos conselheiros deve levar em conta também a real disponibilidade para participar. • Nilza (Secretária de Turismo) - diz que é preciso que o gestor da pasta seja o fomentador do funcionamento do colegiado. • Charles Melgaço - fala da necessidade de apresentação de metas perseguidas por cada participante na busca do sonho coletivo. • Haroldo (Apema) - pondera que o COMTUR tem conseguido avançar por ter apoio da gestora. • Manu (Aquerê) - sugere a participação do Instituto PROMAR, no Conselho de Meio Ambiente em face da real participação da entidade nos debates do destino e das importantes ações desenvolvidas. • Marcelo (Instituto Promar) - diz que é preciso avançar e desenvolver ações concretas; que atualmente o Promar está focada na construção de uma nova pedagogia de conservação tendo um projeto de construção de uma escola; que estão com pouca disponibilidade, para atuar como conselheiro mas que poderão contribuir nas reuniões e articulações; que é preciso ultrapassar o conceito de que a comunidade quer isso quer aquilo, e verificar a situação real, é

	preciso encontrar um ponto que toque todos, para aglutinar; uma das maiores dificuldades do conselho é a falta de entendimento do real papel do conselheiro; é fundamental treinamento para real compreensão do papel do conselheiros e do conselho. • Manu (Aquerê) - fala das dificuldades que teve de conduzir o Conselho de Meio Ambiente-CMMA como sociedade civil sem o apoio real do poder público, ao contrário do que vem acontecendo com o COMTUR. • Joyce – indaga sobre a composição atual do COMTUR. • Nilza (Secretária de Turismo)- diz que o COMTUR é formado por 10 membros, sendo metade poder público: Secretarias de Administração, Finanças, Educação, Turismo e Legislativo; e metade sociedade civil: Associação dos Taxistas de Barra Grande, Aquerê, Apema, Associação dos Empresários, e Instituto Promar. • Cosme (Apema) – faz avaliação levando em consideração a falas de todos, que a proposta de articulação do Fórum de Conselhos e Entidades da APA é fundamental para o aprimoramento da gestão participativa na Península, ideia referendada por todos por unanimidade. • Jorge Veloso (Água Boa) - sugere que é prudente aguardar o desfecho da eleição municipal para somente depois concluir a recomposição do Conselho de Meio Ambiente;.

	• Haroldo (Apema) – diz que tendo sido esgotado por ora a pauta da reunião, solicita sugestões quanto a data para próxima reunião do Fórum, ficando definido para o dia 20.10.2016 às 8:30 hs., em Saquaira.
Encaminhamentos	• Buscar informação junto à Prefeitura e Ministério Público, quanto ao cumprimento do TAC cujo prazo estabelecido estaria vencendo em dezembro/2016. • Após a eleição municipal diligenciar no sentido de que os membros do poder público junto ao Conselho de Meio Ambiente sejam indicados pelas respectivas secretarias municipais; • Concluir o processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho de Meio Ambiente na próxima reunião do Fórum prevista para o dia 20.10.2016, às 8:30 hs. em Saquaíra.